

**(AUTO)BIOGRAFIA DE UMA PROFESSORA DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: NARRATIVA DO DESCOMPASSO
ENTRE AS NORMATIVAS E A EFETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO**

Andréa Marcellino Pires¹; Daniel Novaes²

¹Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, andrea.pires@usf.edu.br

²Professor Assistente Doutor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, daniel.novaes@usf.edu.br

Introdução

Com a promulgação da Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, o entendimento da inclusão escolar foi ampliado, passando a ser concebida como um processo que exige a articulação de múltiplos sujeitos, saberes e instituições. Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como espaço fundamental de apoio aos estudantes público-alvo da Educação Especial, promovendo não apenas a acessibilidade, mas também a efetiva participação desses alunos no ambiente escolar comum. A presente pesquisa inscreve-se nesse contexto ao buscar compreender como se efetiva o processo de contratação da professora para atuar junto aos alunos com deficiência, tendo como foco a concretização da Política de Educação Inclusiva.

A contratação do professor que atua no AEE no Brasil está fundamentada, prioritariamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), além de normas complementares que regulamentam a matéria. A legislação estabelece que esse profissional deve atuar no contraturno, desenvolver recursos pedagógicos e de acessibilidade e trabalhar de forma articulada com o professor do ensino comum. O AEE, assim, não substitui o ensino regular, mas complementa ou suplementa a escolarização do estudante, exigindo do docente formação em nível superior (licenciatura) e especialização em Educação Especial.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, por sua vez, orienta que o docente do AEE possua preparo específico para atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse processo de inclusão, a atuação do professor demanda uma formação contínua, crítica e colaborativa, capaz de responder às singularidades dos sujeitos e às complexidades do cotidiano escolar. A prática docente inclusiva, nessa perspectiva, contribui com informações valiosas sobre os alunos, fortalece vínculos afetivos e compartilha experiências que enriquecem o fazer pedagógico. A esse respeito, Kassir (2014); Pereira (2022) e Costa, Novaes e Freire (2026), destacam a urgência de investir em processos formativos continuados, articulados às condições concretas de trabalho e ancorados em referenciais teóricos capazes de subsidiar a compreensão das especificidades do desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

Diante desse cenário, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral compreender de que forma está ocorrendo a efetivação das ações das Políticas Públicas Inclusivas no Atendimento Educacional Especializado. Como objetivos específicos, elege-se: (a) investigar como a professora que atua no AEE realiza suas atividades no cotidiano escolar; (b) compreender como o município efetiva as ações inclusivas no âmbito do AEE; e (c) analisar de que maneira as ações não realizadas impactam o aprendizado dos alunos que participam do AEE.

Palavras-Chave: Atendimento Educacional Especializado; professor de AEE; Efetivação de Políticas de Inclusão.

Metodologia

A abordagem teórico-metodológica deste trabalho ancora-se na perspectiva histórico-cultural, particularmente nos estudos de Vigotski, para quem o desenvolvimento humano resulta das interações sociais mediadas culturalmente. Nessa tradição teórica, o sujeito constitui-se na relação com o outro, e a linguagem ocupa lugar central como instrumento de mediação entre o indivíduo e o mundo (Vigotski, 2009). Tal compreensão orienta a escolha metodológica por uma investigação que privilegie a escuta das experiências e a atribuição de sentidos às práticas docentes.

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa (Flick, 2009), tangenciando os estudos biográficos e narrativos (Passeggi, 2021) ao focalizar a compreensão das experiências de professores em interação com as famílias no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por tratar-se de um estudo interpretativo, busca-se atribuir sentidos às vivências relatadas pelos docentes, valorizando os aspectos subjetivos e relacionais que permeiam sua prática pedagógica, sem desconsiderar as condições materiais e institucionais em que essas práticas se realizam.

A produção dos dados dar-se-á por meio da entrevista narrativa (EN), conforme proposta por Fritz Schütze (2011). Esse dispositivo metodológico permite compreender os contextos nos quais as experiências se constroem, bem como os fatores que motivam ações, mudanças e aprendizagens dos sujeitos envolvidos. Diferentemente do modelo pergunta-resposta, a entrevista narrativa possibilita que o entrevistado conduza seu relato a partir de provocações abertas, como: “Conte-me sobre sua experiência com a participação da família no AEE”. Tal recurso metodológico coaduna-se com a perspectiva histórico-cultural ao valorizar a narrativa como expressão da experiência vivida e como via de acesso aos processos de significação dos sujeitos.

Os participantes da pesquisa serão professores da rede pública de ensino que atuam diretamente no Atendimento Educacional Especializado. A seleção será realizada por amostragem intencional, contemplando entre cinco e sete docentes com experiências diversas no trabalho com alunos público-alvo da Educação Especial. O critério principal de inclusão será a atuação direta em Salas de Recursos Multifuncionais ou serviços equivalentes, com contato sistemático com as famílias dos estudantes.

A pesquisa será desenvolvida em escolas previamente autorizadas, respeitando todos os princípios éticos que regem as investigações com seres humanos. Após aprovação institucional,

o projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, e os participantes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução CNS nº 510/2016, que dispõe sobre as diretrizes éticas para pesquisas em ciências humanas e sociais.

Resultados e discussão

A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados, com as entrevistas narrativas em curso e a análise documental parcialmente realizada. Os achados preliminares, ainda provisórios, permitem vislumbrar algumas categorias analíticas que orientarão o aprofundamento da investigação. Tais categorias, construídas a partir do diálogo entre os referenciais teóricos adotados e os primeiros materiais empíricos, apontam para tensões, contradições e possibilidades no que se refere à efetivação das políticas inclusivas no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Categoria 1: Tensões entre o prescrito e o vivido no trabalho do professor do AEE

As primeiras narrativas das professoras participantes revelam uma tensão recorrente entre o que a legislação prescreve, formação especializada, atuação articulada com o professor regente, desenvolvimento de recursos de acessibilidade e as condições concretas de trabalho vivenciadas no cotidiano escolar. Essa tensão, já apontada por Costa, Novaes e Freire (2026) e Kassar (2014) em estudos sobre a formação de professores para a educação inclusiva, atualiza-se na fala das entrevistadas quando relatam a dificuldade de conciliar as múltiplas demandas do AEE com a precarização das condições materiais e institucionais.

Na perspectiva histórico-cultural, tal contradição pode ser compreendida como expressão das determinações estruturais que atravessam o trabalho docente no capitalismo contemporâneo. Como argumentam Costa, Novaes e Freire (2026); Novaes e Freitas (2021), a subordinação do trabalho pedagógico a lógicas gerencialistas e a racionalidade técnica tendem a esvaziar o ensino de sua dimensão formativa, reduzindo o AEE a um espaço de mera complementação tutelar, quando o que se exige é a criação de mediações intencionais para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

Categoria 2: O lugar da família na articulação entre AEE e escola comum

Outra categoria que emerge dos relatos preliminares diz respeito ao papel da família na efetivação do trabalho do AEE. As professoras entrevistadas mencionam a importância do diálogo com os familiares para a compreensão das especificidades dos estudantes e para a continuidade das ações pedagógicas. No entanto, também relatam dificuldades nessa articulação, seja pela ausência de espaços institucionais previstos para esse diálogo, seja pela sobrecarga de trabalho que limita o tempo disponível para o contato sistemático com as famílias.

Essa questão remete ao que Costa, Novaes e Freire (2026) e Novaes (2024) discute ao abordar a importância da mediação pedagógica na constituição de sujeitos com deficiência. Para a autora, a escola, como meio social frutífero, deve oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento, o que inclui a articulação com a família. Na ausência de políticas claras de participação familiar, o AEE corre o risco de se tornar um serviço descolado das redes de apoio que poderiam potencializar seu impacto no desenvolvimento dos estudantes. Ainda, como

discutem Novaes e Freitas (2021), a subordinação do trabalho pedagógico a lógicas de racionalidade técnica tendem a esvaziar o ensino de sua dimensão formativa, impactando diretamente as condições de trabalho das professoras do AEE e, consequentemente, a qualidade das mediações oferecidas aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Categoria 3: A formação docente como lacuna na efetivação das políticas

Os dados iniciais também apontam para a formação docente como um nó crítico na implementação das políticas inclusivas. Embora a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 exija preparo específico para o professor do AEE, as narrativas das participantes revelam que a formação recebida, quando ofertada, frequentemente se mostra insuficiente para lidar com a complexidade das situações vivenciadas, especialmente no trabalho com estudantes com autismo. Como argumenta Pereira (2022), em sua tese de doutorado, já havia evidenciado que a formação docente para a Educação Especial, quando descolada dos fundamentos teóricos da Teoria Histórico-Cultural, tende a reforçar práticas focadas no controle de comportamentos em detrimento do ensino intencional. A pesquisa em andamento sugere que essa lacuna formativa repercute diretamente na qualidade das mediações oferecidas aos estudantes, limitando as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Categoria 4: A narrativa como dispositivo formativo e de pesquisa

Um aspecto que tem se mostrado promissor na fase inicial da coleta de dados é o uso da entrevista narrativa como dispositivo metodológico que, simultaneamente, produz dados e mobiliza processos reflexivos nas professoras participantes. Ao serem convidadas a narrar suas experiências com a participação da família no AEE, as docentes não apenas compartilham informações, mas também reorganizam sentidos e significados de sua própria prática.

Essa potencialidade da narrativa como recurso formativo e investigativo já foi explorada por Passeggi (2021), ao destacar a dimensão reflexiva e (auto)biográfica nos estudos sobre formação de professores. No contexto da presente pesquisa, as narrativas têm se mostrado instrumentos privilegiados para acessar os processos de significação das docentes, tal como preconiza a Teoria Histórico-Cultural ao enfatizar o papel da linguagem na constituição da consciência (Vigotski, 2009).

Embora os dados estejam em fase inicial de coleta, os primeiros resultados indicam que a efetivação das políticas inclusivas no AEE não depende apenas da existência de marcos legais, mas, fundamentalmente, das condições concretas de trabalho, da formação docente e da articulação entre os diferentes atores do processo educativo. A pesquisa em andamento busca aprofundar a compreensão desses elementos, contribuindo para a construção de subsídios que possam orientar a formulação e implementação de políticas mais comprometidas com a justiça social e com o direito ao conhecimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Conclusões

A pesquisa em andamento, ao investigar a efetivação das políticas inclusivas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem buscado compreender as tensões, contradições e possibilidades que emergem da articulação entre o prescrito normativamente e o vivido no cotidiano escolar. Os achados preliminares, embora ainda parciais e sujeitos a aprofundamentos, permitem delinear algumas conclusões provisórias que orientam tanto a

continuidade da investigação quanto à reflexão sobre o campo da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Em primeiro lugar, os dados iniciais evidenciam que a promulgação da Lei nº 13.146/2015 e a consolidação do arcabouço normativo que sustenta a educação inclusiva no Brasil representam avanços significativos no plano formal dos direitos. No entanto, a passagem do direito proclamado ao direito vivido. Ou seja, à efetivação das políticas no cotidiano escolar revela-se marcada por contradições estruturais que não podem ser reduzidas a questões meramente técnicas ou de gestão.

Nessa direção, os resultados iniciais indicam que a formação docente para o AEE constitui um nó crítico na implementação das políticas inclusivas. A lacuna entre a formação recebida — muitas vezes insuficiente ou descolada dos fundamentos teóricos que poderiam sustentar uma prática reflexiva e crítica e a intrincamento das demandas cotidianas foi apontada pelas professoras entrevistadas como um dos principais desafios para a efetivação do trabalho.

A pesquisa tem também apontado para a necessidade de aprofundar a compreensão sobre o impacto das ações não realizadas ou fragilizadas no aprendizado dos estudantes que participam do AEE. As professoras entrevistadas mencionam que a precarização das condições de trabalho, a ausência de recursos de acessibilidade e a falta de tempo para o planejamento conjunto com os professores regentes comprometem a qualidade das mediações oferecidas, o que pode implicar a perpetuação de desigualdades educacionais. Esse aspecto será aprofundado nas próximas etapas da investigação, por meio de análise documental complementar e de novas entrevistas com as participantes.

Ao finalizar estas considerações preliminares, cabe reafirmar que a pesquisa em andamento não pretende esgotar a complexidade do fenômeno investigado, mas oferecer subsídios para a reflexão sobre as políticas de Educação Especial e sobre o lugar do AEE na concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva. No caso do AEE, isso significa que o atendimento não pode se limitar à oferta de adaptações ou ao desenvolvimento de habilidades restritas, mas deve orientar-se pela criação de mediações que possibilitem ao estudante com deficiência a apropriação dos conhecimentos científicos, artísticos e culturais que constituem o patrimônio da humanidade.

Espera-se que os resultados finais da pesquisa possam contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas mais comprometidas com a justiça social e com o direito ao conhecimento de todos os estudantes, reafirmando a importância da formação docente crítica e da articulação intersetorial como condições indispensáveis para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

Referências Bibliográficas

COSTA, P. L., de L., NOVAES, D., FREIRE, S. F. D. C. D. Acessibilidade na educação de alunos autistas: diálogos entre teoria histórico-cultural e estudos críticos do autismo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 2, p. 1-17, 2026.

DAINEZ, D. Desenvolvimento e deficiência na perspectiva histórico-cultural: contribuições para educação especial e inclusiva. **Revista de Psicologia**, Santiago, v. 26, n. 2, p. 151-160, 2017.

KASSAR, M. C. M. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, 2014.

NOVAES, D.; FREITAS, A. P. de. (Trans)formações do professor no contexto da escola de educação especial: contribuições da teoria histórico-cultural. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 18, n. 1, p. 32-48, 2021.

NOVAES, D. Reflexões sobre a avaliação de matemática do programa mais alfabetização realizada por um aluno com autismo do ensino fundamental. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2022. p. 260-278.

NOVAES, D. **Relações de ensino na abordagem de Vigotski**: A criança, o autismo e o professor. Editora CRV, 2024.

PASSEGGI, M. C. Narrativas de vida, pesquisa e formação. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, Salvador, v. 6, n. 18, p. 687-706, 2021.

PEREIRA, D. N. G. **Por entre olhares, o humano**: processos de constituição de uma criança (com autismo) no segundo ano do ensino fundamental. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SCHÜTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 210-238.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

